

Índios querem romper com a dependência

A busca de parcerias para a atuação em projetos de ecoturismo e piscicultura é a nova meta das organizações indígenas da Amazônia

Ivânia Vieira

A auto-sustentabilidade dos índios começa a deixar o plano das idéias para insinuar-se como possibilidade real. No período de 6 a 10 de maio, as 56 organizações indígenas da Amazônia reúnem-se, em Manaus e vão discutir o que os índios podem e devem fazer para garantir sua autonomia e, com ela, a certeza de existência futura desses povos.

A tutela, cruel, dos brancos, e a piedade cristã são etapas de uma história que parte das populações indígenas pretendem, a partir de agora, construir de forma diferente: administrar, diretamente, ou em parcerias, os recursos que dispõem enquanto parte intrínseca do meio-ambiente. "Nós queremos garantir a sobrevivência das populações indígenas e isso vai depender, em muito, dos projetos que tivermos, hoje", resume Midas de Oliveira, maioruna, de Tefé (AM) e um dos coordenadores da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), entidade responsável pelo encontro de maio.

Midas fala de um jeito novo de fazer, de um olhar diferente sobre um cenário antigo e problemático — resistir e sobreviver enquanto povo em um mundo cada vez mais apertado e urbanóide. A diferença, pequena, é que os índios pouco a pouco passam a ser seus próprios



interlocutores. Na pauta da futura assembleia da Coiab estão as experiências em andamento, como a dos macuxis, de Roraima, na área da pecuária, e os

projetos em planejamento de piscicultura e eco-turismo, da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, na fronteira Brasil/Venezuela.

Companheiros dos rios, da mata, conhecedores dos segredos dos peixes, das aves e dos animais, donos das lendas e dos rituais, por que não eles estão a frente dos projetos de eco-turismo que têm atraído milhares de dólares e engordado as contas correntes dos brancos? E isso que uma parcela de índios começa a questionar. E quer respostas.

As palavras de ordem — da "demarcação já" e "terra é vida" — somam-se inquietações progressivas. A morte os persegue em várias frentes. Na desestruturação que leva ao suicídio, na contaminação pela doença dos brancos, na violência gerada pelo excessivo alcoolismo, na favelização das aldeias e reservas, na identidade sem rosto. Eles tentam driblá-la, vencê-la e apostar na vida. Experimentam a fronteira, ténue, do direito universal de poder usar ou não o ténis independente do nome e da cara que se tem.

Ronaldo Assis



Ronaldo Assis

Os líderes querem definir projetos que garantam a vida dos povos indígenas no futuro, não como indigentes, e sim como seres humanos dignos



Crianças ticunas da reserva de Umariacú, a alegria é possível

'Área indígena não é curral'

A emoção e não a ciência tem marcado o debate e parte das decisões tomadas sobre a demarcação das terras indígenas. A alegação é do ex-superintendente da Funai/AM (Fundação Nacional do Índio) Raimundo Cerejo e foi feita, no último sábado, para uma platéia de índios e não índios, em Tabatinga, durante o Fórum de Debates para o Desenvolvimento da região do Alto Solimões. Cerejo representou a Funai no encontro e classificou de "falácia" a acusação de que os índios estão recebendo mais terra do que realmente precisam.

"Quando se fala em demarcar as áreas indígenas é preciso ter consciência de que não se está lidando

com animais, mas sim com seres humanos. Os índios não podem, como querem alguns, ficar em currais", disse o ex-administrador. A declaração de Cerejo funciona como resposta, velada, a políticos, a administradores públicos e à iniciativa privada que têm investido na redução do tamanho das áreas destinadas aos povos indígenas.

A rejeição de determinados segmentos sociais em relação aos índios, o desconhecimento da sua história de vida e o interesse, setorizado, em explorar as potencialidades naturais das áreas em vivem esses povos são, de acordo com Cerejo, formam a base mais forte na disputa pelas terras indígenas. (IV)

O 'contraditório' aguça a disputa

Em 8 de janeiro último, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o Decreto-lei nº 1.775 que introduz a figura do contraditório no processo de demarcação das áreas indígenas. Com o decreto fica garantido

o espaço para a contestação do tamanho das áreas em processo de demarcação. No Amazonas, já foram feitas duas contestações, ambas na região do Alto Solimões - Evare I e II, dos ticunas. (IV)

VIDE - VERSO

PUBLICADO EM:

19 ABR 1996

A CRÍTICA
MANAUS - AM

LUX JORNAL

294 2

Umariacú, a reserva virou gueto

Os 4.300 ticunas da reserva Umariacú (dados da Funai) em Tabatinga, a 1.100 km de Manaus, na fronteira Brasil/Peru/Colômbia, vivem em um gueto. São índios, porque a cara, a cor da pele; a estatura, o falar os revelam como tal. Os mais jovens mantêm a identidade dos traços enquanto aumentam a distância que os une a reserva. Querem estar além dos lípites e ousar voar em suas motocicletas, japonesas, compradas na Colômbia. A juventude, dizem, é rebelde mesmo.

A reserva Umariacú tem 1.600 hectares. Foi traçada em cima da estrada de Tabatinga o que, para o bispo do Alto Solimões, D. Alcimar Magalhães, é um injustiça, um crime. Nesse pequeno espaço, mais de quatro mil pessoas tentam viver. No último domingo 14, parte dos homens reuniam-se em uma casa de festa, onde um "rei do brega" animava uma festa triste, para olhos alheios: bêbados e impacientes eles cambaleavam por uma estrada de barro, sem rumo, porque iam e voltavam, entre as garrafas de cachaca espalhadas pelo chão.

Mas, a reserva, uma espécie

de bairro que reclama infra-estrutura, também tem os velhos. Em grupos, ou em duplas, eles parecem sábios antigos reunidos em conselhos, sinalizando para o limite do tempo implacável, do lado de lá e de cá, com os anciãos. Tem as crianças que ainda dão as mãos e costumam andar abraçadas pela estrada, ora poeirenta, ora enlameada, da reserva que passou a ser o campo de suas brincadeiras. Elas olham os visitantes, ficam próximas, pulam, correm, riem à vontade. Fazem a diferença entre o "som" da casa de festa e o som da esperança. Até quanto? Ninguém sabe.

Para tirar fotografias, avisam os ticunas mais atentos, é preciso autorização da Funai. Os mais espertos fazem a cotação do mercado. Uma foto de uma casa ticuna, na versão da reserva Umariacú — inclui um pequeno cartaz que diz: "vende-se refrigerante, curite e din-din" — custa R\$ 10,00. Quem souber pechinchar pode conseguir até 50% de desconto e fazer a fotografia pagando R\$ 5,00.

Os ticuna de Umariacú têm um pedaço de terra. A vida deles está demarcada. (IV)

Políticos 'descobrem' o voto índio

Os índios começam a despertar o interesse político por um outro viés. O eleitoral. No interior da Amazônia, os eleitores indígenas são cada vez mais caçados por políticos tradicionais que não correm os riscos da derrota. Neste caso, o voto do índio recebe reforço oficial para, mais tarde, o índio-eleitor ser ignorado enquanto outra etnia.



Ticuna, de Umariacú, R\$ 10,00 cada foto

Os ticunas têm contatos com a sociedade envolvente, de acordo com a Funai, há 400 anos. Até hoje todos falam a língua nativa quando conversam entre si. Somente no município de Tabatinga residem 10 mil ticunas (dados da Prefeitura). A densidade populacional, somada ao processo de urbanização desse povo, revelou que eles são um bom filão eleitoral a ser explorado.

A legislação brasileira não os obriga a votar, mas a prática política descobriu que o voto indígena pode garantir mandatos. Os próprios índios começam a engrossar a lista de candidatos a cargos eletivos, mesmo que em número reduzido, se comparado ao tamanho da população indígena da região.

Feijóal, o maior colégio eleitoral de Benjamin Constant (AM), elegeu como vice-prefeito do município o ticuna Edir. Ele ficou seis meses sem receber seus vencimentos e

sem saber qual era de fato a sua tarefa. Nas últimas eleições, os ticunas elegeram 14 vereadores (dados da Diocese do Alto Solimões). Eles prometem aumentar sua representatividade nas eleições deste ano.

Em Autazes, o mura Cecílio Corrêa, patrocina uma experiência positiva. Eleito vereador, ele passou a empregar parte dos seus vencimentos em ações que beneficiam sua comunidade. Nem tudo começou bem para Cecílio. Consagrado nas urnas, ele viu seu mandato escapular pelo ralo da fraude eleitoral. A Funai recorreu, e o mandato retornou às suas mãos. No dia da sua posse, feita depois da posse dos eleitos, Cecílio pediu para alguém, da Funai, escrever um discurso para ele ler. Durante a leitura do documento, o vereador se atrapalhou com o texto, mas não perdeu a posse, amassou o papel, guardou no bolso do paletó e fez o seu próprio discurso. "Foi a decisão mais acertada, ele disse o que queria e como queria dizer", aplaude hoje Raimundo Cerejo. (IV)



As populações indígenas nas regiões

- Rio Negro
 - 19 povos
 - 25 mil 183 indivíduos
 - Alto Solimões
 - 2 povos
 - 25 mil 107 indivíduos (Funai)
 - 24 mil 334 indivíduos (Coiab)
 - Médio Solimões
 - 8 povos
 - 8 mil 800 indivíduos
 - Rio Madeira
 - 2 povos
 - 8 mil indivíduos
 - Baixo Amazonas
 - 2 povos
 - 4 mil 868 indivíduos
 - Rio Purus
 - 12 povos
 - 5 mil indivíduos
 - Vale do Javari
 - 12 povos
 - 4 mil indivíduos
 - Manaus
 - 10 mil índios (destribalizados)
 - Roraima
 - 8 povos
 - 37 mil e 25 indivíduos
 - Acre
 - 10 povos
 - 9 mil e 81 indivíduos
 - Rondônia
 - 19 povos
 - 5 mil 573 indivíduos
 - Pará
 - 27 povos
 - 17 mil 328 indivíduos
 - Amapá
 - 8 povos
 - 5 mil 95 indivíduos
 - Tocantins
 - 5 povos
 - 6 mil 360 indivíduos
 - Maranhão
 - 6 povos
 - 14 mil 271 indivíduos
 - Mato Grosso
 - 17 mil 328 indivíduos
 - 18 povos
- Fonte: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira



Situação dos povos indígenas na Amazônia

- 152 nações
 - 197 mil 240 indivíduos
 - 93 mil índios estão no Amazonas
 - Áreas Indígenas na Amazônia
 - Total - 384
 - Registrados - 130
 - Com possível revisão - 254
 - Áreas indígenas no Amazonas
 - Total - 174
 - Registradas - 27
 - Com possível revisão - 147
 - Doenças de maior ocorrência
 - Malária
 - Hepatite
 - Tuberculose
 - Cólera
- Fonte: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Em 15 meses, 11 suicídios

Com 29 mil 107 indivíduos (dados da Funai) os ticunas representam a maior nação indígena da Amazônia e, com certeza, uma das maiores do Brasil. Espalhado ao longo da região do Alto e Médio rio Solimões, esse povo vive o auge do dilema e das consequências da integração. Em quinze meses, de setembro/94 a dezembro/95, foram registrados, entre eles, onze casos de suicídio. Rai-

mondo Cerejo, ex-administrador da Funai/AM, disse que o suicídio no meio ticuna sempre ocorreu. Porém, não há registros de tantos casos em tão pouco tempo. A sucessão de mortes auto-provocadas — foram dez homens e uma mulher, todos jovens — deixou a Funai em alerta. Antropólogos do órgão devem iniciar, nos próximos dias, um estudo sobre essa questão. (I.V.)